

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional

Período de Análise: 01/12/2012 a 31/12/2012

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Governo decide investigar parecer que liberou agrotóxico mais nocivo. Reynaldo Turollo – Folha de São Paulo. 01/12/2012.....	4
Anvisa, a praga dos sete anos. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 01/12/2012	5
'Com a minha saída da Anvisa a saúde pode ficar fragilizada'. Viviane Tavares – Site do MST. 03/12/2012	6
Maya Takagi participa da abertura do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional – Site do MDS. 03/12/2012	9
Restrições à pulverização aérea das lavouras preocupam os produtores. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/12/2012	9
Bancada ruralista combate a medida – Valor Econômico. 03/12/2012.....	12
Governo decide investigar parecer que liberou agrotóxico mais nocivo. Reynaldo Turollo Jr. – Site do MST. 03/12/2012.....	13
Seminário avalia fortalecimento da rede de pesquisa em segurança alimentar – Site do MDS. 04/12/2012.....	14
"Agronegócio quer acabar com rotulagem dos transgênicos para não ser responsabilizado", diz estudioso – Site do MST. 05/12/2012	15
Presidente da CNA solicita ao governo federal revogação das restrições para pulverização aérea de lavouras – Site da CNA. 05/12/2012	19
Câmara interministerial define plano de trabalho para 2013 – Site do MDA. 05/12/2012	20
"Flexibilizar lei gaúcha sobre agrotóxicos é retrocesso", afirma agrônomo – Site do MST. 06/12/2012	21
Estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será debatida em oficina – Site do MDS. 07/12/2012.....	24
Pesticida vaza e tumultua o centro de Buenos Aires – Folha de São Paulo. 07/12/2012	25
Paquistão pode implantar programa semelhante ao PAA – Site da CONAB. 11/12/2012	25
Da África para África. José Graziano da Silva – Valor Econômico. 11/12/2012.....	26
Governo prepara ato para liberar pulverização aérea. Tarso Veloso – Valor Econômico. 11/12/2012.....	28
Programas do governo brasileiro podem contribuir com a África, diz ONG sul-africana – Site do MDS. 12/12/2012.....	29
Mapa apresenta proposta que altera regras da pulverização aérea nas lavouras – Site do MAPA. 17/12/2012	30
Rotulagem de transgênicos ainda em pauta. Tarso Veloso – Valor Econômico. 17/12/2012.....	31
Área total com transgênicos tende a crescer 14% no Brasil. Bettina Barros – Valor Econômico. 18/12/2012	32
Parceria entre MDS e MMA reforça busca ativa em áreas rurais – Site do MDS. 20/12/2012.....	32

Novo modelo do Programa de Aquisição de Alimentos teve adesão de 18 estados – Site do MDS. 21/12/2012.....	33
MDA normatiza modalidades nacional e internacional do Mais Alimentos e consolida programa – Site do MDA. 21/12/2012.....	34
Vencer a fome oculta no mundo. Peiman Milani e Hercia Stampini Martino – Folha de São Paulo. 25/12/2012	35
Empresas brasileiras podem se habilitar para o Mais Alimentos Internacional – Site do MDA. 26/12/2012.....	36
MDA e Cuba acertam detalhes finais para exportação de máquinas agrícolas do Brasil – Site do MDA. 27/12/2012	37
Bolsa Família garante segurança alimentar e nutricional à população de baixa renda – Site do MDS. 28/12/2012.....	38

Governo decide investigar parecer que liberou agrotóxico mais nocivo. Reynaldo Turolo – Folha de São Paulo. 01/12/2012

Antes do parecer, Anvisa orientava empresas a reduzir a toxicidade dos produtos a serem lançados. CCAB Agro afirmou que seu produto tem o mesmo nível de toxicidade de 30% dos defensivos no Brasil.

A AGU (Advocacia-Geral da União) decidiu investigar o parecer produzido por um de seus procuradores que deu sustentação jurídica para a liberação de agrotóxicos mais nocivos à saúde humana.

O parecer, de um procurador da AGU que atua na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), foi elaborado em março deste ano após questionamento de uma empresa do agronegócio.

Com esse parecer em mãos, conforme a Folha revelou anteontem, a Anvisa mudou seu entendimento da lei de agrotóxicos, de 1989, e passou a liberar produtos mais tóxicos do que os chamados produtos de referência -aqueles que já estão à venda com o mesmo princípio ativo e mesma indicação de uso.

ORIENTAÇÃO ANTERIOR

Anteriormente, a Anvisa orientava as empresas a reformular os produtos nessas condições, de modo a torná-los igualmente ou menos nocivos do que os produtos de referência já disponíveis no mercado.

A classificação toxicológica tem quatro níveis e vai de "pouco" a "extremamente tóxico". A Anvisa pediu o parecer técnico após ser questionada pela empresa CCAB Agro, que queria a liberação de um de seus produtos.

No ofício enviado à AGU, a agência afirmou que a empresa recorrera a congressistas para pressioná-la.

Em resposta à Anvisa, a Procuradoria disse em parecer que produtos nessas condições devem ser liberados, pois um decreto de 2002 restringiu a exigência de menor risco toxicológico somente a produtos com princípio ativo ainda não registrado no país.

Assim, a CCAB conseguiu o registro de seu produto, o Acetamiprid 200 -hoje suspenso por liminar da Justiça Federal em São Paulo.

Outra empresa que se beneficiou do novo entendimento da lei foi a Ourofino Agronegócio. Em fevereiro deste ano -antes, portanto, do parecer-, a Anvisa já havia liberado seu inseticida para cana Singular BR, classificado como mais tóxico do que seu produto de referência, o Regent 800 WG, da Basf, há anos no mercado.

O Singular BR deve chegar neste mês ao mercado. O parecer técnico foi escrito pelo procurador Victor de Albuquerque e aprovado por seu chefe, Maximiliano de Souza.

O Singular e outros seis produtos estão no centro das denúncias do ex-gerente de toxicologia da Anvisa, Luiz Cláudio Meirelles, exonerado enquanto fazia apurações.

Em nota, a AGU afirmou desconhecer esse parecer técnico, feito no âmbito da Anvisa, e disse que vai investigá-lo. As procuradorias nos órgãos federais, de acordo com a Advocacia-Geral da União, têm autonomia em relação à sede.

A Anvisa informou, via assessoria, que não se pronunciaria, pois o parecer técnico é de um funcionário da AGU. A CCAB Agro afirmou, em nota, que seu produto, indicado para as culturas de algodão, tomate e feijão, tem o mesmo nível de toxicidade de 30% do total de defensivos registrados no país.

"Ele está em conformidade com os padrões e por isso foi concedido o registro", afirmou a empresa.

Anvisa, a praga dos sete anos. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 01/12/2012

A Anvisa trabalha sem transparência e a passos de cágado e finge desconhecer os prejuízos ao produtor

As recentes denúncias de irregularidades praticadas pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) no registro de produtos fitossanitários, vulgarmente conhecidos por agrotóxicos ou defensivos agrícolas, são apenas a ponta mais visível do iceberg de ineficiência dessa agência que tem empacado o agronegócio.

O uso desses produtos não é uma opção. É uma imposição para proteger a nossa agricultura tropical das pragas e das ervas daninhas, assim como é fundamental para melhorar a produtividade das lavouras, em qualquer parte do planeta.

Mas, no Brasil, a agência reguladora trabalha sem transparência e a passos de cágado, fingindo desconhecer os prejuízos impostos ao produtor, a ponta mais frágil desse mercado gigantesco que movimenta US\$ 50 bilhões por ano ao redor do mundo.

Defendo a rigidez da regulação e da fiscalização desses produtos e que o seu uso siga as recomendações aprovadas pelo órgão oficial, com prescrições feitas por profissional habilitado. A análise, a aprovação e a regulamentação dos fitossanitários devem proteger os agricultores e os consumidores de qualquer risco à saúde, em primeiro lugar.

Mas o que temos observado, nas últimas décadas, são centenas de processos abarrotando as gavetas da Anvisa. A duras penas, obtivemos uma vitória importante, quando a presidente Dilma Rousseff chefiava a Casa Civil e escalou sua assessora e hoje ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, para trabalharmos juntas.

Enfrentamos o cartel e mudamos um decreto da Anvisa, separando os pedidos de registro de fitossanitários em duas filas: a de produtos novos e a dos genéricos, em geral 50% mais baratos.

Antes da mudança, os genéricos não saíam do fim da fila. Os produtos novos tinham preferência para impedir a concorrência e garantir a sobrevivência do cartel do setor. Mas esse avanço acabou sendo consumido pela burocracia dessa sofisticada organização que atravessa governos.

Uma resistente "praga dos sete anos" assola a Anvisa.

Hoje, tanto a liberação de uma nova fórmula de defensivo, que exige rigorosa série de estudos e testes de campo, quanto a mera análise de um genérico, que já passou por todo o processo de avaliação toxicológica, demandam o mesmo tempo para receber o parecer técnico.

É inadmissível que sejam necessários os mesmos sete anos para liberar um produto novo ou um genérico, com prejuízos irreparáveis para toda a cadeia produtiva.

Não há justificativa técnica para que 600 pedidos de registros de genéricos idênticos à fórmula original estejam parados, punindo os nossos produtores, que gastam, anualmente, R\$ 15 bilhões em defensivos agrícolas.

Os números ganham ainda mais relevância diante do peso expressivo dos defensivos no custo de manutenção das mais diversas culturas, das hortaliças aos grãos. No acumulado deste ano, as exportações de soja geraram R\$ 50 bilhões em vendas.

Como defensivos representam 16% no custo de produção da soja e os genéricos que aguardam liberação teriam impacto de pelo menos cinco pontos percentuais nesse custo, os nossos produtores já poderiam ter economizado ao menos R\$ 2,5 bilhões em 2012.

Não é de hoje que alerta sobre irregularidades na Anvisa. Em 2007, adverti que havia corrupção, proteção, lobby, reserva de mercado ou qualquer outro nome que se quisesse dar ao favorecimento de empresas, por parte de servidores da Gerência-Geral de Toxicologia.

O fiz de público, na CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Denunciei a existência de um esquema para proteger empresas e impedir o registro de genéricos. Dirigentes indignados tentaram até me processar por calúnia.

A anunciada devassa em todos os processos que ingressaram no setor de agrotóxicos da Anvisa, de 2008 para cá, traduzem o porquê da recusa do Ministério Público em acatar a denúncia contra mim, entendendo que estava no livre exercício do mandato parlamentar.

Ainda não inventaram melhor defensivo contra essa praga chamada corrupção do que a democracia.

'Com a minha saída da Anvisa a saúde pode ficar fragilizada'. Viviane Tavares – Site do MST. 03/12/2012

Há 12 anos na Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o gerente-geral Luiz Cláudio Meirelles foi exonerado no dia 14 de novembro após ter denunciado irregularidades no processo de liberação de seis agrotóxicos. De acordo com Meirelles nesta entrevista, a

sua saída deve ser encarada como a suscitação do debate sobre saúde e que, a partir de agora, os movimentos sociais e pessoas relacionadas à saúde em geral devem estar em estado de vigilância sobre o tema e na atuação da Agência daqui para frente.

Confira a entrevista:

Qual era a atuação do Sr. na Anvisa?

Fui cedido para a Anvisa em 1999 pela Fiocruz e participei da criação da Agência. Em agosto do mesmo ano assumi a gerência de análise toxicológica e, em 2008, o cargo de gerente-geral de toxicologia (GGTox). Basicamente, quando a gente pensou na organização da GGTox, era estruturar toda parte de avaliação toxicológica e fortalecer esse tipo de análise no Brasil com base no que a lei determina. Já existia uma portaria e algumas leis e o princípio maior que norteou o nosso trabalho foi exatamente dar concretude a essa legislação. O nosso objetivo principal era avaliar a segurança destes produtos, desde o trabalhador ao consumidor. O trabalhador entende-se aquele que trabalha na fábrica e o agricultor, já o consumidor os que consomem alimentos que podem estar contaminados por este tipo de produto que está sendo autorizado. O primeiro passo que foi dado foi descer o decreto 98816 - que é o decreto que regulamentava a lei de agrotóxicos - que revisamos e terminamos em 2001 e 2002 foi publicado o novo decreto 4074/02, reforçando e fortalecendo as exigências para a segurança no campo da saúde. Do ponto de vista regulatório isso foi um grande marco. De lá para cá, trabalhamos em vários outros regulamentos e com questões como os resíduos de embalagens, a coleta de dados, que é precária, a reavaliação toxicológica e muitas outras coisas.

Como você foi descobrindo as fraudes?

Eu estava de férias e uma das minhas gerentes me ligou e falou que o pessoal do Ibama tinha falando que havia um produto sendo comercializado que nós autorizamos, mas que ainda estava na fila de autorização do Ibama. A minha gerente verificou o produto em nosso controle interno e ele constava em situação de análise. No passo a passo, o registro é feito pelo Ministério da Agricultura, mas para fazer isso ele se baseia em dois documentos : um da Anvisa - que é em forma de avaliação toxicológica - e o do Ibama - que é um parecer. A partir daí, o Ministério pode entrar com o parecer deles que é de eficácia agrônômica, dar o número, fechar o processo, publicar e registrar o produto.

Quando descobrimos essa falha fomos investigar e realmente existia um deferimento de produtos sem a necessária avaliação toxicológica. O nosso processo interno passa por várias etapas, mas vimos que algumas haviam sido puladas neste processo porque nem nota técnica tinha. Ele passou direto e foi gerado um documento de autorização, pulando a da avaliação toxicológica que é a fase mais importante, a razão de existirmos.

Quando vimos as irregularidades, acendi o sinal vermelho porque trabalhava em confiança com todos os meus gerentes. Pedi para a gerente que mexe com toda a parte documental para levantar se haviam outros casos e encontrei mais quatro processos com situação parecida e quase perto da minha exoneração mais um. Existem processos inclusive com assinatura incompatível com a minha. A questão da falsificação da minha assinatura é grave, mas o mais grave é não ter passado pela avaliação toxicológica.

Logo que descobrimos isso tudo no primeiro produto, congelamos o sistema interno, fizemos um backup e guardamos. A cópia está disponível agora no modo leitura. À medida que iríamos identificando o produto-problema, mandávamos um email para nossos superiores e suspendíamos o informe de avaliação toxicológica. Também encaminhei os ofícios ao Ministério da Agricultura, com cópia para o Ibama, notificando as decisões e solicitando as medidas adequadas.

Qual foi a reação da Anvisa?

Ao descobrir, em agosto, minha primeira atitude foi encaminhar os fatos para o diretor da Coordenação de Segurança Institucional, que é diretor-adjunto do diretor-presidente, e informei também à Diretoria de Monitoramento. E a primeira atitude da Anvisa foi encaminhar para corregedoria interna que investiga as ações dos servidores. Mas, como tinha havido ente externo, com suspeita de favorecimento inclusive, tinha que ser mais rápido, o que não ocorreu. A Anvisa tomou a decisão de avisar ao Ministério Público e à Polícia Federal somente no dia 19 de novembro.

Como foi exoneração do seu gerente?

Solicitei ao diretor-presidente o afastamento do Gerente da GAVRI e isso ocorreu em 40 dias. Tomei esta atitude porque os problemas estavam relacionados às atividades de sua gerência. Mas não o acusei, apenas pedi para que me informasse o que tinha acontecido. Esse tipo de situação pode acontecer em qualquer lugar, mas o problema é não tomar atitude imediata porque isso fragiliza a instituição. A intenção era manter a credibilidade e não criar nenhum tumulto. A nossa credibilidade existe e eu não iria permitir que ela fosse abalada por uma questão pontual.

Com a sua saída o movimento social perde?

O movimento social interage muito com a Anvisa e por isso que todo mundo nos abraçou, porque tem confiança no nosso trabalho. Sempre falei que minha gestão era compartilhada e esse comprometimento e profissionalismo as pessoas percebem. O que o movimento social veio me dizer é que com minha saída causou um sentimento de perda, porque quando você interage e ouve é diferente.

É claro que a minha saída pode ser aproveitada com o debate que suscitou. Agora é preciso ser vigilante e bem atuante lá dentro. Precisamos saber quem são as pessoas. Com a entrada do novo gerente-geral saberemos qual é o norte. Agora há coisas que temos que exigir como os processos transparentes, as reavaliações etc. É preciso entender a responsabilidade que é liberar um produto, porque uma vez liberado, as pessoas vão consumi-lo. Não adianta depois ficar só contando as vítimas. Outro fator de grande importância é saber resistir à pressão das empresas.

Como você avalia a sua exoneração e agora a Anvisa concordando com a sua denúncia?

Na minha carta está exatamente o que o diretor falou para minha gerência e para mim, já na nota dele liberada recentemente há informações contraditórias. Ele diz que minha exoneração não tem nada a ver com o caso e que eu mantive um gerente suspeito durante um tempo. Isso não é verdade. O gerente tinha capacidade técnica e gozava da minha confiança como todos os outros gerentes. No momento em que eu descobri,

tomei as providências rapidamente e pedi a exoneração dele. Agora quando ele coloca isso no texto, se ele sabia que eu sabia, ele também não fez nada. Estou preparando um texto como resposta e vou juntar ao relatório de gestão para colocar no ar. Quando ele me demitiu foi alegando as razões como a denúncia ao Ministério Público e a outra é que encaminhei equivocadamente a exoneração do gerente. Mas eu procurei duas vezes o diretor-adjunto e respeitei a ordem hierárquica, com a firmeza de que nada seria negociado.

E toda essa mobilização a seu favor?

A minha saída é pouco importante, o que fica de maior é mostrar que a saúde pode ficar fragilizada. E essa foi a leitura de todo o movimento social. A nossa gestão era compartilhada, não era um burocrata de governo. A gente interagiu com universidades, com várias áreas da Fiocruz, com os movimentos sociais.

Qual será sua atuação agora na Fiocruz?

Voltarei para o Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH) na ENSP e sei que tem um grupo muito forte e articulado dentro da Fiocruz de combate ao agrotóxicos. Vamos unir forças.

Maya Takagi participa da abertura do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional – Site do MDS. 03/12/2012

Evento em Brasília discute o sistema alimentar global e os desafios para a geração de conhecimento e pesquisas em segurança alimentar e nutricional

Brasília, 3 – A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, participa nesta terça-feira (4), às 9h, da abertura do Seminário de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional. O evento vai até 6 de dezembro e, entre outros objetivos, pretende avançar na definição de uma agenda de geração de conhecimento sobre o tema.

O MDS participará do mapeamento das pesquisas em segurança alimentar e nutricional, a partir do conteúdo fornecido por editais, grupos de pesquisas e banco de teses. O seminário é organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com o apoio do MDS e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

Restrições à pulverização aérea das lavouras preocupam os produtores. Tarso Veloso – Valor Econômico. 03/12/2012

Pulverização aérea em lavoura de soja: restrições podem causar perdas de R\$ 3 bilhões nesta safra, segundo produtores

A um mês do início da entrada em vigor das restrições parciais à pulverização aérea nas lavouras brasileiras, sojicultores alertam que o prejuízo pode chegar a um valor de R\$ 3

bilhões somente nesta temporada 2012/13 em razão de um possível ataque de lagartos e percevejos e o decorrente incremento das perdas na produção.

As restrições foram estabelecidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) com a justificativa de que o uso de algumas substâncias são prejudiciais a insetos polinizadores, em especial às abelhas. Apesar da pressão do setor produtivo, a autarquia informou ao **Valor** que não pretende rever a medida, pelo menos não por sua iniciativa.

As restrições impostas implicam a proibição de aplicação aérea dos quatro princípios químicos mais usados pelos sojicultores hoje para o combate a pragas. Além disso, só será permitida a pulverização com aviões na lavoura de soja até fevereiro em todo o país - para o Centro-Oeste o prazo é janeiro -, sendo somente uma aplicação durante todo o ciclo da planta. Passados os prazos, os produtos somente poderão ser usados em aplicações terrestres.

A única possibilidade de a proibição não entrar em vigor em janeiro é o Ministério da Agricultura solicitar formalmente um adiamento. "Até o momento nada chegou para nós. Quem tem que pedir uma prorrogação é o ministério. Foram eles que decidiram o prazo para suspensão, as culturas, as datas e todos os detalhes. Nós só concordamos", disse Márcio Freitas, coordenador-geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama.

Segundo José Carlos Vaz, secretário-executivo do ministério, há discussões em curso com o Ibama para a realização de "ajustes" no calendário de aplicações de defensivos. "Estamos na expectativa de conseguir um tratamento que equilibre as expectativas do Ibama e dos produtores. Na semana que vem devemos realizar diversas reuniões para discutir o assunto", afirmou Vaz.

Levantamento feito pela Associação dos Produtores de Soja (AprosojaBrasil) e pela Embrapa Soja prevê que as perdas em valor da produção até 2020 poderão alcançar R\$ 14 bilhões. O setor produtivo já estimava prejuízos na ordem de 4 milhões de toneladas de soja em 2012/13, com um impacto de R\$ 3 bilhões, que seria provocado por perdas sem "a utilização correta dos defensivos".

O presidente da Aprosoja Brasil, Glauber Silveira, afirmou que o estudo mostra o impacto da proibição "no pior cenário possível". "Imagine um ataque de pragas em fevereiro e com muita chuva? Ninguém conseguirá fazer a aplicação terrestre. Além disso, quem só tem aviões, como fará?", questiona. Para ele, a proibição veio em cima da hora, quando os produtos já estavam comprados e a indústria não possui capacidade para produzir substitutos.

Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 19 de julho, a medida cautelar do Ibama colocou uma série de condições para a aplicação aérea de defensivos e proibiu o uso dos ingredientes ativos Imidacloprido, Fipronil, Tiametoxan e Clotianidina. Segundo dados do Ibama, os quatro princípios ativos correspondem a 10% do consumo brasileiro de defensivos, ou quase 7 mil toneladas de um total de 74 mil toneladas em 2011.

Apesar de a quantidade das substâncias corresponder a somente uma fração da total usada, produtores explicam que esse cálculo não é adequado. "A quantidade usada de inseticidas é muito menor do que a de outros agrotóxicos como, por exemplo, o glifosato. Enquanto no glifosato são aplicados quatro litros por hectare, inseticidas são algo em torno de meio litro", exemplificou Silveira.

Por pressão do setor produtivo, foi publicada em 3 de outubro no DOU, um ato conjunto do Ministério da Agricultura e do Ibama autorizando, em caráter temporário, o uso de produtos agrotóxicos que contenham Imidacloprido, Tiametoxan e Clotianidina para arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo até o dia 30 de junho de 2013, obedecendo a períodos específicos de aplicação por região e por cultura. Além disso, antes da aplicação, os produtores deverão notificar os apicultores localizados em um raio de 6 quilômetros com antecedência mínima de dois dias.

Das quatro culturas autorizadas, apenas a soja deverá seguir um cronograma de aplicação. No Centro-Oeste brasileiro a pulverização aérea foi autorizada entre 20 de novembro e 1º de janeiro de 2013. No Norte, de 1º janeiro a 20 de fevereiro. No Sul, de 1º de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013.

No caso específico da soja, a aplicação deverá ser restrita a uma única pulverização aérea durante todo o ciclo da cultura para o controle de pragas agrícolas, em especial, os percevejos. Nas áreas de produção de sementes de soja, foram permitidas duas aplicações.

No caso de canaviais, a aplicação fica restrita a uma única vez, 30 dias antes da colheita, para o controle de cigarrinha- da- raiz, quando não for possível a entrada de equipamentos terrestres.

O setor produtivo discorda da proibição e alega que o ato conjunto publicado no dia 3 de outubro não resolve o problema. "Além de abrir a possibilidade de uma única pulverização em toda a safra, a metade do recomendado na bula dos produtos é incapaz de resolver um caso mais grave de infestação, e a única janela estabelecida de pulverização, que se concentra entre novembro e janeiro, não contempla um país de dimensões continentais como o Brasil", afirmou Glauber Silveira.

A Embrapa Soja produziu um documento em que mostra que os períodos definidos no ato conjunto para a proibição são impraticáveis. O documento, datado do dia 9 de novembro e assinado pelo chefe geral da Embrapa Soja, Alexandre José Cattelan, e pelo pesquisador da unidade, Décio Luiz Gazzoni, diz que a regra é prejudicial ao país e o prejuízo chegaria a "dezenas de bilhões de dólares".

Ainda de acordo com o documento, a janela de plantio muda entre as regiões, o que torna impossível definir uma data de proibição para todo o país. "Em Mato Grosso, a semeadura começou em setembro, enquanto outras localidades do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, fazem a semeadura em dezembro. Além disso, parte do território brasileiro situa-se no Hemisfério Norte, como Amapá e Roraima. Nesses Estados, a semeadura é feita no que seriam os meses de inverno restante do país". No fim, o estudo sugere que o ideal seria definir quando a floração ocorre e proibir a aplicação apenas nesses períodos.

Segundo o coordenador-geral de Avaliação e Controle de Substâncias Químicas do Ibama, o setor produtivo reclama sem razão. "A restrição não é contra a pulverização aérea e sim contra quatro produtos que causam morte de animais polinizadores. A solução para o setor produtivo é começar a busca por substâncias substitutas", explicou Márcio Freitas. Na semana passada, o órgão publicou um comunicado às empresas fabricantes para que sejam entregues estudos sobre os produtos. "Vamos reavaliar esses produtos e já pedimos às empresas fabricantes que entreguem novos estudos para decidirmos se vamos liberar seu uso ou não", disse.

As pesquisas que estão sendo feitas pelo Ibama podem levar a uma restrição maior do que a atual, pois estudos feitos pelo órgão indicam que os princípios ativos são prejudiciais. "O estudo que estamos fazendo pode indicar a proibição além do uso aéreo. Apesar de sermos sensíveis aos produtores, as perdas de produção são problema do Ministério da Agricultura. Nossa responsabilidade é com o meio ambiente", garantiu Freitas.

Bancada ruralista combate a medida – Valor Econômico. 03/12/2012

Em Brasília, a bancada ruralista da Câmara dos Deputados já se mobilizou para tentar reverter as restrições à pulverização aérea. Na terça-feira passada, um grupo de parlamentares encabeçado pelo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Homero Pereira (PSD/MT), reuniu-se com o secretário-executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz, e entregou um ofício ao ministro Mendes Ribeiro solicitando a modificação da proibição.

"Ficamos indignados com a posição que o Ministério da Agricultura vem adotando em relação a esse assunto, inclusive referendando medidas adotadas por outros órgãos que não enxergam com bons olhos o segmento produtivo rural", afirmou Pereira. Dessa maneira, de acordo com o deputado, o setor se sente desprotegido. Ele pede uma postura "firme e decidida" do Ministério da Agricultura em defesa dos agricultores.

Na correspondência, Homero sugere ao ministro Mendes Ribeiro um esforço para o fortalecimento do agronegócio brasileiro. "Apesar de tantos êxitos, esse segmento [agropecuário] não tem merecido a devida atenção e a simpatia dos outros setores", reclamou Pereira.

Representantes de produtores rurais prepararam um documento que será entregue ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e ao Ministério da Agricultura em que afirmam que a pulverização não põe em risco as abelhas na região Centro-Oeste do país. De acordo com o documento, foram feitos estudos no Sudeste, pela presença da apicultura associada aos pomares de laranja.

Além disso, os produtores dizem ser "impossível" atender à medida. A explicação, de acordo com eles, está no tamanho das propriedades de soja. Algumas delas têm dezenas de milhares de hectares, o que inviabiliza a pulverização por maquinário terrestre.

"Não existem máquinas suficientes. Além disso, com o solo encharcado ninguém conseguiria entrar com veículos em uma lavoura", afirmou ao **Valor** Glauber Silveira, presidente da AprosojaBrasil, entidade que representa produtores de soja.

Governo decide investigar parecer que liberou agrotóxico mais nocivo. Reynaldo Turolo Jr. – Site do MST. 03/12/2012

A AGU (Advocacia-Geral da União) decidiu investigar o parecer produzido por um de seus procuradores que deu sustentação jurídica para a liberação de agrotóxicos mais nocivos à saúde humana.

O parecer, de um procurador da AGU que atua na Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), foi elaborado em março deste ano após questionamento de uma empresa do agronegócio.

Com esse parecer em mãos, conforme a Folha revelou anteontem, a Anvisa mudou seu entendimento da lei de agrotóxicos, de 1989, e passou a liberar produtos mais tóxicos do que os chamados produtos de referência --aqueles que já estão à venda com o mesmo princípio ativo e mesma indicação de uso.

ORIENTAÇÃO ANTERIOR

Anteriormente, a Anvisa orientava as empresas a reformular os produtos nessas condições, de modo a torná-los igualmente ou menos nocivos do que os produtos de referência já disponíveis no mercado.

A classificação toxicológica tem quatro níveis e vai de "pouco" a "extremamente tóxico". A Anvisa pediu o parecer técnico após ser questionada pela empresa CCAB Agro, que queria a liberação de um de seus produtos.

No ofício enviado à AGU, a agência afirmou que a empresa recorrera a congressistas para pressioná-la.

Em resposta à Anvisa, a Procuradoria disse em parecer que produtos nessas condições devem ser liberados, pois um decreto de 2002 restringiu a exigência de menor risco toxicológico somente a produtos com princípio ativo ainda não registrado no país.

Assim, a CCAB conseguiu o registro de seu produto, o Acetamiprid 200 --hoje suspenso por liminar da Justiça Federal em São Paulo.

Outra empresa que se beneficiou do novo entendimento da lei foi a Ourofino Agronegócio. Em fevereiro deste ano --antes, portanto, do parecer--, a Anvisa já havia liberado seu inseticida para cana Singular BR, classificado como mais tóxico do que seu produto de referência, o Regent 800 WG, da Basf, há anos no mercado.

O Singular BR deve chegar neste mês ao mercado. O parecer técnico foi escrito pelo procurador Victor de Albuquerque e aprovado por seu chefe, Maximiliano de Souza.

O Singular e outros seis produtos estão no centro das denúncias do ex-gerente de toxicologia da Anvisa, Luiz Cláudio Meirelles, exonerado enquanto fazia apurações.

Em nota, a AGU afirmou desconhecer esse parecer técnico, feito no âmbito da Anvisa, e disse que vai investigá-lo. As procuradorias nos órgãos federais, de acordo com a Advocacia-Geral da União, têm autonomia em relação à sede.

A Anvisa informou, via assessoria, que não se pronunciaria, pois o parecer técnico é de um funcionário da AGU. A CCAB Agro afirmou, em nota, que seu produto, indicado para as culturas de algodão, tomate e feijão, tem o mesmo nível de toxicidade de 30% do total de defensivos registrados no país.

"Ele está em conformidade com os padrões e por isso foi concedido o registro", afirmou a empresa.

Seminário avalia fortalecimento da rede de pesquisa em segurança alimentar – Site do MDS. 04/12/2012

Secretária Maya Takagi anunciará escopo do plano nacional que servirá como instrumento para monitorar políticas e compartilhar conhecimento

A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, defende a institucionalização de uma rede de pesquisa em segurança alimentar. Nesta terça-feira (4), ela participou da abertura do seminário Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional. Na quarta-feira (5), Maya Takagi apresentará “o escopo do primeiro Plano Nacional de Segurança Alimentar”.

De acordo com a secretária, a rede brasileira de pesquisa em segurança alimentar ainda existe informalmente, sem um espaço de relacionamento mais institucionalizado e formalizado para a troca de informações, inclusive de publicação do conhecimento produzido.

No entender de Maya Takagi, o plano pode servir como instrumento de trabalho e indicador de como o governo enxerga e monitora a política de segurança alimentar e nutricional. “É um desafio para todos nós, governo, sociedade civil e academia, consolidar conceitos intersetoriais. Não estamos falando apenas da área da saúde, nutrição, agrícola, agrária, ambiental ou de produção sustentável. É tudo isso ao mesmo tempo.”

Maya Takagi afirmou que a produção intelectual do Brasil na área de segurança alimentar e nutricional engloba um extenso volume de pesquisas em nível de mestrado e doutorado. Além de defender o diálogo entre as instituições, ela alertou para a importância da gestão no acompanhamento de projetos e atividades envolvendo a segurança alimentar e nutricional.

O evento, que se encerra nesta quinta-feira (6), é organizado pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com o apoio do MDS e do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). Durante o encontro, autoridades e representantes de universidades federais e estaduais discutem propostas para viabilizar uma agenda de geração de conhecimento sobre o tema.

A mesa de abertura do seminário também teve a participação da presidenta do Consea, Maria Emília Pacheco; do secretário de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Eliezer Moreira Pacheco; da secretária adjunta de Avaliação e Gestão da Informação do MDS, Paula Montagner; e da coordenadora do Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutrição, da Universidade de Brasília (UnB), Elisabetta Recine.

"Agronegócio quer acabar com rotulagem dos transgênicos para não ser responsabilizado", diz estudioso – Site do MST. 05/12/2012

Evitar uma relação de causa e efeito entre alimentos transgênicos e possíveis problemas de saúde. Essa é a razão para alterar a legislação que determina a rotulagem de produtos transgênicos comercializados no Brasil, diz o agrônomo José Maria Ferraz à IHU On-Line. Na entrevista a seguir, concedida por telefone, Ferraz esclarece que a legislação que permite a comercialização de agrotóxicos no país determinava o monitoramento e a rotulagem dos produtos.

Hoje, o monitoramento foi flexibilizado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, e a rotulagem pode deixar de ser obrigatória caso o Projeto de Lei 4148/08 seja aprovado. “O grande problema é que o monitoramento e a rotulagem foram condições sine quibus non para a aprovação, à época, do uso de organismos geneticamente modificados (...) no Brasil. Mas, agora que aprovaram o uso, querem retirar a legislação para não haver responsabilidade do que estão fazendo”, lamenta.

De acordo com Ferraz, o tema ainda não foi debatido pelos membros da CTNBio, mas a Comissão não deve se opor ao PL 4148/08, porque apenas um grupo seletivo de pesquisadores questiona a liberação dos transgênicos.

“Não vejo grandes possibilidades de haver uma posição contrária à mudança. Isso porque, através de uma discussão interna, feita por e-mail, propus uma reflexão sobre o PL 4148/08 para todos os membros da CTNBio, e três se manifestaram. Um deles disse que a rotulagem era algo ‘nazista’, que estão querendo marcar os produtos transgênicos tal como marcaram os judeus. Ocorre que outros produtos também são rotulados e não há nenhum preconceito”, reitera.

José Maria Gusman Ferraz é mestre em Agronomia pela Universidade de São Paulo – USP e doutor em Ecologia pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

Cursou pós-doutorado em Agroecologia pela Universidade de Córdoba – UCO, Espanha. É professor do curso de mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural da UFSCar e professor convidado da Universidade Estadual de Campinas.

Confira a entrevista.

IHU On-Line – Como avalia o Projeto de Lei 4148/08, que propõe a não rotulagem dos produtos transgênicos?

José Maria Ferraz – Os organismos geneticamente modificados – ou simplesmente OGMs – foram aprovados, à época, com uma série de considerações para poderem ser aprovados. Uma delas era o monitoramento dos produtos após a liberação comercial, e outra era a rotulagem dos alimentos transgênicos. Essas foram as duas condicionantes para a aprovação de sua comercialização propostas pelos órgãos oficiais e por autoridades que instituíram a lei.

No entanto, este Projeto de Lei prevê a retirada do monitoramento dos produtos transgênicos, e a não rotulagem dos produtos. O monitoramento já havia sido flexibilizado pela CTNBio, porque antes havia uma série de regras de monitoramento e, com a flexibilização, uma empresa pode pedir o não monitoramento do produto caso considerar conveniente.

Então, não havendo monitoramento ou ocorrendo de forma muito flexível – ou ainda, se os produtos deixarem de ser rotulados –, não será possível estabelecer uma relação de causa e efeito no sentido de identificar se determinado produto está, ou não, causando algum efeito à saúde da população.

Os produtos orgânicos, por exemplo, são rotulados e todo mundo gosta que assim seja. Então, por que não rotular os transgênicos, se se acredita que eles são bons? Não tem lógica não rotular, até por garantia de o consumidor poder optar se ele quer ou não comer determinado produto.

IHU On-Line – Quais são as razões e justificativas para alterar a legislação acerca da rotulagem de produtos transgênicos neste momento?

José Maria Ferraz – A justificativa é para não estabelecer uma relação de causa e efeito em um produto que pode gerar problemas à saúde. Trabalhos de pesquisadores franceses estabelecem claramente uma correlação entre o milho NK603 com tumores em ratos testados em laboratórios no longo prazo. Os estudos realizados no Brasil são de curtíssimo prazo, de 30 a 35 dias. Se os produtos estiverem rotulados, será possível estabelecer uma relação de causa e efeito caso aconteça algum problema.

IHU On-Line – A rotulagem de transgênicos permite o monitoramento dos produtos transgênicos após a introdução deles no mercado. Como será feito o controle dos produtos transgênicos e os estudos sobre as implicações à saúde, caso o PL seja aprovado?

José Maria Ferraz – A tentativa de não rotular os produtos flexibiliza também o monitoramento deles. Assim, o monitoramento acaba sendo parecido com o recall de carros: coloca-se o produto no mercado – segundo os economistas é mais barato deixar o produto no mercado do que fazer um controle de qualidade –, e, caso ocorrer algum problema, ele é recolhido. O fato é que isso não pode ser feito com alimentos que influenciam diretamente a saúde da população.

Entretanto, a flexibilização do monitoramento levará a uma situação dessas. O produto será comercializado e, se apresentar algum problema, será relatado e então serão realizados estudos para ver se o caso procede. Só depois disso será tomada alguma atitude. Junto disso a não rotulagem dos produtos forma um pacote “extremamente

interessante” para a flexibilização geral dos transgênicos no sentido de não poder estabelecer uma relação de causa e efeito do que está acontecendo com os OGMs.

O que me deixa estarecido é o fato de essa alteração estar sendo proposta pelo presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT), que está vinculado a um partido que sempre defendeu os interesses públicos e sociais. Mas, agora há uma inversão nos valores, porque as empresas têm interesse nesse governo e vice-versa.

IHU ON-Line – O PL 4148/08 é uma tentativa de evitar as pesquisas na área de transgenia?

José Maria Ferraz – Nem se trata do aprofundamento das pesquisas, porque a Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa não tem uma notificação para os OGMs. Ou seja, não há uma notificação como há para os nortox, por exemplo, que quando ocorre alguma contaminação tem de avisar a Anvisa.

O grande problema é que o monitoramento e a rotulagem foram condições sine quibus non para a aprovação, à época, do uso de OGMs no Brasil. Mas agora que aprovaram o uso, querem retirar a legislação para não haver responsabilidade do que estão fazendo.

IHU On-Line – Como é feito o monitoramento entre a relação de causa e efeito dos produtos transgênicos comercializados?

José Maria Ferraz – A legislação que determina o monitoramento é de 2002, mas apenas há dois anos estamos vendo os produtos transgênicos serem rotulados de fato e, mesmo assim, são os produtos que têm como base os OGMs, tais como o óleo de soja, o amido de milho e algumas rações e proteínas de soja.

A lei obriga a rotulagem de produtos que tenham a partir de 1% de conteúdo geneticamente modificado. Porém isso não é feito. A rotulagem é obrigatória, mas não está sendo cumprida a contento. Não há fiscalização suficiente para acompanhar se esses produtos têm rotulagem ou não.

IHU On-Line – Como o PL 4148/08 tem sido discutido na CTNBio? Quem é favorável e quem é contrário a essa mudança?

José Maria Ferraz – O panorama é o mesmo daqueles que são mais críticos à liberação do OGM sem estudos aprofundados. Faço parte do grupo minoritário, que não é contra o OGM por ser contra, mas quer que sejam realizados estudos em longo prazo.

Esse grupo defende a precaução porque, se existir a possibilidade de causar algum dano à saúde, isso deve ser verificado antes. Dentro da CTNBio essa questão ainda não foi discutida porque ela apareceu de repente. Então teremos uma reunião nesta semana na qual provavelmente esse tema será abordado.

Não vejo grandes possibilidades de haver uma posição contrária à mudança. Isso porque, através de uma discussão interna, feita por e-mail, propus uma reflexão sobre o PL PL4148/08 para todos os membros da CTNBio, e três se manifestaram.

Um deles disse que a rotulagem era algo “nazista”, que estão querendo marcar os produtos transgênicos tal como marcaram os judeus. Ocorre que outros produtos também são rotulados e não há nenhum preconceito.

A rotulagem justamente oferece a oportunidade de o consumidor optar pelo que ele quer consumir, e saber o que está consumindo. Todos os produtos demarcam os percentuais de proteína, sal, lipídio e todos os ingredientes. Embora a rotulagem seja lei, dentro da CTNBio o debate será complicado.

IHU On-Line – Há previsão de autorizar a venda de novos produtos transgênicos?

José Maria Ferraz – Existem muitos produtos transgênicos na lista; eles ainda aguardam alguma autorização. Hoje já existem arroz e feijão transgênicos, que são a base da nossa alimentação, e os estudos sobre os impactos à saúde foram realizados sem profundidade. Foram estudados 30 ratos por 35 dias.

O problema é que todos os animais eram machos. Sabemos que há diferenças hormonais entre machos e fêmeas, e cinco deles, sem exceção, apresentaram reações como aumento de perda do fígado, diminuição dos rins e problemas no intestino. No mínimo era necessário realizar mais testes para ver o que continuaria acontecendo. Mas a possibilidade foi desconsiderada. A discussão não é científica; é ideológica.

O pior é que tem no mercado uma série de OGMs cruzados com outros OGMs. Esses produtos não passam mais na CTNBio, porque eles foram aprovados isoladamente. Existem produtos feitos à base de sete produtos modificados geneticamente, que dão origem a novos produtos. Isso precisa ser avaliado porque sabemos que a maioria dos genes que estão no nosso corpo são silenciosos. A situação é crítica e não vejo possibilidade de mudança, a não ser que a população seja informada.

IHU On-Line – É possível estimar o percentual de alimentos brasileiros que são transgênicos?

José Maria Ferraz – Quase todos os produtos derivados da soja, ou ao menos 90% deles, e do milho são transgênicos. Uma parcela equivalente a 80% do algodão também é de transgênicos.

Associado a isso há um aumento de alterações hormonais, alterações em termo do surgimento de doenças degenerativas, câncer, apesar de não termos um dado estatístico específico. Os transgênicos são associados aos agrotóxicos, então há um efeito sinérgico e as plantas passam a produzir as toxinas. Toda planta produz a toxina já liberada para alimentação. Por isso que, provavelmente, deu essa incidência de câncer associada ao glifosato, que é a toxina mais utilizada.

Hoje, as plantas de modo geral estão mais tolerantes ao glifosato, e os OGMs utilizam herbicidas muito mais fortes. Essa é uma exigência dos OGMs, ou seja, uma venda casada entre OGMs e herbicidas. A tendência é aumentar o uso desses herbicidas mais poderosos, mais prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

Não sabemos por que o Brasil, sendo o maior produtor de alimentos do mundo, é o maior consumidor de agrotóxicos. É uma relação causal muito evidente com os OGMs.

IHU On-Line – Como a lei de biossegurança tem sido aplicada diante dos novos produtos transgênicos?

José Maria Ferraz – Ela tem sido flexibilizada porque o princípio da precaução tem sido violado, apesar de o Brasil ter assinado um acordo internacional. A lei de biossegurança existe com o princípio de precaução estabelecido, mas no caso do feijão transgênico, onde está aplicado o princípio da precaução? Nenhum país do mundo, por pior que fosse, iria aceitar um trabalho científico com cinco organismos, só sendo avaliados em termos de toxicidade.

A partir da regulamentação do feijão dá para se ter uma ideia de como está funcionando a lei de biossegurança no país. Na verdade, ela está favorecendo o interesse do agronegócio e não da população, de modo geral, porque só tem estimulado o uso de agrotóxico casado e uma insegurança quanto ao produto que está sendo colocado no mercado. Não é de hoje que tentam alterar a legislação.

O PL será votado e sabemos como a maioria pensa. Boa parte dos representantes está ligada aos ministérios, e os ministérios têm a recomendação de aprovação dos OGMs, com exceção do Ministério da Saúde. Para você ter uma ideia, pessoas ligadas ao Ministério da Agricultura analisavam os artigos científicos. Neles mostravam-se os problemas de caso que se estava avaliando, mas não se colocavam essas informações nos seus pareceres.

Presidente da CNA solicita ao governo federal revogação das restrições para pulverização aérea de lavouras – Site da CNA. 05/12/2012

A presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, solicitou ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Mendes Ribeiro, que sejam revogadas as restrições à pulverização aérea das lavouras de arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo com defensivos agrícolas que contenham os ingredientes ativos imidacloprido, tiametoxam e clotianidina. As restrições, estabelecidas até 30 de junho de 2013, foram definidas pelo MAPA/Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA) e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

“A medida intempestiva de proibição de aplicação aérea e posterior alteração das regras de pulverização foram impostas ao segmento produtivo durante o período de planejamento da safra, quando as compras dos defensivos já tinham sido feitas”, lamenta a presidente da CNA. Ela lembra, também, que as indústrias não tiveram tempo hábil para disponibilizar produtos substitutos, situação que prejudica os produtores rurais.

A senadora Kátia Abreu argumenta, ainda, que as regras impostas por meio do Ato Conjunto MAPA/SDA e Ibama são impraticáveis devido às dimensões continentais do território brasileiro, com diferentes períodos de plantio, recomendados de acordo com as características de cada região. “O estabelecimento de apenas uma janela de pulverização expõe o setor produtivo a elevados níveis de risco, dadas as variações das condições climáticas regionais”, afirma.

Câmara interministerial define plano de trabalho para 2013 – Site do MDA. 05/12/2012

Nesta quarta-feira (5), a Câmara Interministerial da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) elaborou um plano de trabalho para o primeiro semestre de 2013, que vai resultar na construção do Plano Nacional de Agroecologia (Planapo).

O encontro foi realizado em Brasília, com a participação de representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA); da Fazenda; do Meio Ambiente; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; da Saúde; da Ciência e Tecnologia; e da Pesca e Aquicultura.

Na reunião, o secretário executivo da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), Selvino Heck, da Secretaria Geral da Presidência da República, apresentou propostas da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Em seguida, foram definidos os grupos de trabalho interministeriais (GTs), que construirão as propostas iniciais que serão enviadas para discussão e aprovação na CNAPO.

O secretário nacional da Agricultura Familiar (SAF/MDA), Valter Bianchini, considera o momento como um marco histórico para o País. "Somamos todas as iniciativas para consolidar esse Plano Nacional que vai estabelecer as ações do governo federal para uma Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, que passa pela política de Ater, de crédito, de mercado e de outros eixos e temas (que serão contemplados nos grupos de trabalho)", disse Bianchini, que coordenou a reunião.

Grupos de trabalho

Os oito grupos de trabalho, definidos na reunião da Câmara Interministerial, vão elaborar propostas dentro dos seguintes temas: crédito, seguros, preços, subvenção, medidas fiscais e tributárias; compras governamentais e promoção do consumo; pesquisa, inovação científica e tecnológica; assistência técnica e extensão rural; formação profissional e educação; insumos e produtos; mecanismos de controle da transição agroecológica, da produção orgânica, da base agroecológica e sistemas de monitoramento e avaliação; acesso, uso sustentável e regularização ambiental; e gênero e juventude.

Entenda a notícia

Em agosto, Decreto assinado pela presidenta Dilma Rousseff instituiu a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo). O documento prevê a elaboração de um plano com metas e prazos a serem cumpridos pelo governo federal e determinou elementos como a concessão de crédito, seguro, assistência técnica e pesquisa para ampliar a produção de base agroecológica no Brasil.

Em novembro, foi realizada a 1ª Reunião de Instalação da Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo). A Comissão possui representantes de 14 órgãos e entidades do executivo federal e 14 entidades representantes da sociedade civil.

No dia 27 de novembro, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, assinou portaria que cria a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

(Ciapo), formada pelos ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; do Meio Ambiente; da Educação; da Ciência, Tecnologia e Inovação; da Fazenda; da Saúde; do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; e pela Secretaria-Geral da Presidência da República.

Compete à Câmara elaborar proposta do Plano Nacional de Agroecologia (Planapo), articular entidades do Poder Executivo para a implantação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e do Plano, além de interagir e pactuar com instâncias, órgãos estaduais, distritais e municipais sobre a gestão e implementação do Plano.

Objetivo da Pnapo

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) visa integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando à população a melhoria de qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis e do uso sustentável dos recursos naturais.

"Flexibilizar lei gaúcha sobre agrotóxicos é retrocesso", afirma agrônomo – Site do MST. 06/12/2012

Há trinta anos o Rio Grande do Sul aprovou a Lei n. 7.747, que proíbe o uso de agrotóxicos proibidos nos países de origem. No entanto, uma audiência pública realizada na Assembleia Legislativa na última segunda-feira, 3-12-2012, propôs flexibilizar a legislação e autorizar o uso desses produtos no estado.

Na avaliação do engenheiro agrônomo da Emater, a reivindicação feita pelos produtores rurais e empresas do setor de agronegócio são simplistas. “Pesquisadores do mundo todo estão falando em sustentabilidade, têm um discurso ambiental, e por isso não podemos ir na contramão dessa discussão. Flexibilizar a lei seria um retrocesso”, disse à IHU On-Line em entrevista concedida por telefone.

Segundo ele, o “Rio Grande do Sul ocupa o quarto lugar entre os estados que mais consomem agrotóxicos”, e, apesar de muitos agricultores terem interesse em um modelo agrícola que dispense o uso de herbicidas, faltam investimentos em modelos alternativos. Na contramão de uma mudança significativa no controle do uso de agrotóxicos, Weber destaca que “está sendo montado no país um sistema de rastreabilidade da produção orgânica, mas não existe uma rastreabilidade da produção química. Quer dizer, produtos com veneno não são controlados, mas, enquanto isso, o Ministério da Agricultura está montando um aparato para fiscalizar a produção orgânica”.

Jaime Weber é Engenheiro Agrônomo, formado pela Universidade Federal de Pelotas e pós-graduado em Agricultura, Desenvolvimento e Sociedade pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Possui especialização em Manejos Ambientais, realizada na Alemanha. É engenheiro agrônomo da Embrapa.

Confira a entrevista:

Como foi a audiência pública sobre a Lei n. 7.747, que regulamenta o uso de agrotóxicos no Rio Grande do Sul, ocorrida no dia 3 de dezembro na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul?

A Lei n. 7.747 é de 1982 e é considerada pelos gaúchos uma conquista, porque, diferentemente da legislação nacional, restringe a importação de agrotóxicos que são proibidos nos países de origem. A reivindicação principal da audiência pública foi a flexibilização da lei, como já havia acontecido em outra audiência pública recentemente. Tentamos entender porque esse tipo de reivindicação é feita.

Os representantes da indústria do agrotóxico justificam que em outros estados a lei não restringe o uso de determinados agrotóxicos, e que produtos que chegam ao Rio Grande do Sul podem conter agrotóxicos que são proibidos apenas no estado. Essa é uma justificativa simplista e sabemos que as empresas querem ganhar lucro e vender seus produtos. Estávamos tentando entender o que justificava essa audiência, e ouvi dizer que há produtos estocados em cooperativas ou empresas que querem vendê-los, mas não conseguem por causa da proibição.

É estranho que o Brasil, na tentativa de resolver o problema da fome, use uma série de tecnologias no sentido de aumentar a produtividade. Algumas dessas tecnologias vieram com a promessa de diminuir o volume de agrotóxicos utilizados na agricultura. Mas o fato é que desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Participei de um evento recente no Rio de Janeiro, onde a Fiocruz já trata o tema do agrotóxico como um dos prováveis causadores de câncer.

Como vê as tentativas de alterar a legislação?

Como o Rio Grande do Sul foi pioneiro na formulação dessa legislação, temos de tentar incentivar os outros estados a mudarem as suas legislações também no sentido de restringir produtos que sejam proibidos no país de origem. Se eles são proibidos nos países de origem é porque há problemas. Então, é óbvio que eles não podem ser comercializados. Nós, da Emater, somos contrários a essa possibilidade de flexibilizar a lei. Pesquisadores do mundo todo estão falando em sustentabilidade, têm um discurso ambiental, e por isso não podemos ir na contramão dessa discussão. Flexibilizar a lei seria um retrocesso.

É interessante que, por outro lado, o governo brasileiro criou a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Essa é uma de uma série de iniciativas que propõe uma agricultura sem o uso de agrotóxicos. O Brasil e o Rio Grande do Sul têm um conjunto de iniciativas de agroecologia que serve de exemplo para outros países do mundo. Em contrapartida, no estado estão discutindo a flexibilização da legislação. É algo que não tem sentido.

Que avaliação faz do uso de agrotóxicos no estado? Há algum estudo sobre a contaminação do solo ou casos de problemas de saúde referentes ao uso dos defensivos?

O Rio Grande do Sul ocupa o quarto lugar entre os estados que mais consomem agrotóxicos. Nele há um problema específico por causa dos produtos que entram pela fronteira do Uruguai, do Paraguai e da Argentina, com um custo mais baixo. Não

sabemos qual é a qualidade dos alimentos que estão chegando à mesa do consumidor. Para termos certeza sobre a qualidade dos alimentos, precisamos fazer análises, as quais são muito caras e hoje não há um programa que favoreça isso.

É engraçado que hoje está sendo montado no país um sistema de rastreabilidade da produção orgânica, mas não existe uma rastreabilidade da produção química. Quer dizer, produtos com veneno não são controlados, mas, enquanto isso, o Ministério da Agricultura está montando um aparato para fiscalizar a produção orgânica.

Por enquanto, as análises de comprovação da qualidade dos produtos é feita pela Anvisa, e os resultados são impressionantes. O excesso de resíduos em morangos, pimentão, batatinha está muito acima do nível permitido. Quais as implicações isso tem ou está tendo sobre o meio ambiente, a saúde do produtor e do consumidor estão ainda sendo pesquisadas. Sabemos que alguns agricultores não podem mais chegar próximo à lavoura na época de aplicação dos agrotóxicos, porque estão contaminados. Também há casos de depressão no interior, e sabemos que os agrotóxicos têm uma relação com esses problemas.

Quais são as maiores dificuldades e desafios no sentido de propor uma agricultura livre de agrotóxicos? Como os agricultores gaúchos se posicionam diante das campanhas de restrição do uso de agrotóxico?

O Rio Grande do Sul tem um acúmulo grande de agrotóxicos em várias regiões. A maioria dos agricultores com quem conversamos gostaria de não utilizar mais esses produtos. Por isso, várias instituições e movimentos sociais estão desenvolvendo experiências que chamamos de “processo de transição” no sentido de diminuir o uso de agrotóxicos e reequilibrar o ambiente.

Anos atrás dizíamos que a agricultura, a produção orgânica e a agroecologia não avançavam por problemas de mercado. Mas esse mercado surgiu rapidamente e não há produção suficiente para atender a essa demanda. Defendo a produção de cadeias curtas, ou seja, com menos gastos energéticos. É preciso produzir alimentos de qualidade, que sejam consumidos preferencialmente nas regiões de produção. Nesse sentido, não é nossa função produzir alimentos de qualidade para mandar para fora (Europa ou EUA).

O Brasil é o primeiro colocado no ranking mundial do consumo de agrotóxicos. Quais as razões de o país investir nesse modelo agrícola?

A produção de grãos para a exportação e a soja transgênica vieram com uma promessa de redução do uso de agrotóxicos, mas na prática isso não tem se sustentado. O plantio direto, por exemplo, que é uma prática interessante, acabou ficando atrelado ao uso de herbicidas, que cresceu enormemente. Do mesmo modo, a soja transgênica aumentou o uso de fungicidas. Esse é um círculo vicioso, onde se aplicam determinadas dosagens de venenos, que não fazem mais efeito. Por isso, o uso de agrotóxico aumentou e o Brasil chegou nesse patamar, ao optar pela produção de grãos para a exportação.

Como poderia se constituir um movimento social de vigilância sanitária e ambiental que envolvesse não só entidades do governo, mas a sociedade civil de forma organizada e participativa no sentido de mudar essa prática do uso de agrotóxicos?

Algumas décadas atrás, quando começou esse movimento questionador da revolução verde, do uso intensivo de agroquímicos, havia muitas críticas a esse modelo, mas não se apresentavam alternativas. Mas, principalmente na última década, surgiu um arsenal bem interessante de possibilidades, com tecnologias apropriadas para se trabalhar em um processo de transição.

Por outro lado, falta investimento público, linhas de crédito que possibilitem os agricultores optarem por um modelo agrícola diferenciado, sem o uso de agrotóxicos. Também falta muita capacitação técnica dos técnicos, porque esse é um tema que não é trabalhado dentro das universidades, não é trabalhado dentro dos colégios agrícolas. Muitos profissionais que se formam passam a vender produtos químicos, e a universidade forma para isso mesmo. Então, precisaria mudar a capacitação dentro dos colégios agrícolas, dentro das universidades, e não estou falando só dos cursos de Agronomia, estou falando também do curso de Biologia, do curso de Nutrição, que tratam diretamente da qualidade do alimento.

Se realmente queremos um planeta mais sustentável, temos de trabalhar essas questões. O Estado e a sociedade têm de assumir isso. Há uma série de inter-relações no mundo, mas a universidade mostra as coisas de forma muito separada. Temos de voltar a pensar, a entender, a olhar a natureza de maneira diferenciada e, principalmente, como a natureza se comporta. Essa é uma coisa básica para trabalhar a produção orgânica e a agroecologia.

Existem vários movimentos, especialmente da sociedade civil, que estão com campanhas expressivas no Brasil e América Latina sobre esse tema do combate aos agrotóxicos e o uso de alternativas; um desses é a Campanha Nacional Contra os Agrotóxicos e pela Vida, no Brasil, e outro é a Rede de Ação em Praguicidas e suas Alternativas para a América Latina - RAP-AL (www.rap-al.org). As ações desses movimentos podem ser acompanhadas pelos sites respectivos.

Estruturação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional será debatida em oficina – Site do MDS. 07/12/2012

Reunião em Brasília reúne gestores e representantes da sociedade civil na segunda (10) e terça-feira (11). Secretária Maya Takagi participa da abertura

A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, participa na segunda-feira (10) da abertura da Oficina Regional sobre a Construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan), em Brasília.

O evento vai reunir gestores e representantes da sociedade civil no Centro-Oeste e membros da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), com o objetivo de estruturar o Sisan, debatendo estratégias e mecanismos para a consolidação do sistema e a efetivação da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. A oficina já foi realizada em todas as outras regiões do país.

**Pesticida vaza e tumultua o centro de Buenos Aires – Folha de São Paulo.
07/12/2012**

Incêndio na região central interrompe o sistema de transporte e fecha escritórios

O vazamento de um container com pesticida que se incendiou, ontem, no porto de Buenos Aires causou tumulto, interrupção em parte do sistema de transporte e fechamento de escritórios na região central.

A situação foi controlada durante a tarde.

O acidente provocou uma nuvem de fumaça com mau cheiro que tomou as ruas de parte do centro portenho. Três operários do porto tiveram de ser transportados para hospitais, mas não houve danos mais sérios.

O local do incêndio é próximo de grandes edifícios e sedes públicas, como tribunais e a central da Força Aérea -que foram esvaziados.

Assustados, os pedestres tentavam proteger o rosto e o nariz com panos e pedaços de roupa. Algumas escolas fecharam suas portas e enviaram os alunos para casa.

Autoridades informaram que a substância era um produto fosforado denominado thiodicarb, utilizado no combate a pragas, de "mediana, baixa toxicidade" segundo comunicado do Ministério da Saúde da Argentina.

Chuvas intensas também prejudicaram a rotina da cidade -bairros foram inundados e linhas do metrô foram interrompidas.

**Paquistão pode implantar programa semelhante ao PAA – Site da CONAB.
11/12/2012**

A experiência da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) na execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) pode ser desenvolvida pelo governo do Paquistão, a partir do próximo ano. A proposta de acordo de cooperação foi encaminhada na semana passada, no país asiático, durante um seminário sobre Política Pública de Combate à Fome e Extrema Pobreza, promovido pela Embaixada do Brasil e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação de Agricultura (FAO).

As ações da Conab na formação de estoques e abastecimento alimentar e as modalidades específicas do PAA foram apresentadas pelo assessor da Diretoria de Política Agrícola e Informações da Conab, Vicente José Puhl, a um público formado por cerca de 200 representantes do governo paquistanês e de países como Estados Unidos, Cuba e da própria FAO. Segundo Puhl, uma missão paquistanesa deve vir ao Brasil em fevereiro do próximo ano para conhecer in loco as ações do Programa Fome Zero, entre elas o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

O Paquistão tem condições adequadas para implantação dos programas, com uma estrutura agrícola formada por pequenos agricultores familiares que produzem uma variedade de alimentos, como frutas, verduras, castanhas, arroz e uma grande produção

de trigo, admite. No entanto, o governo daquele país dispõe de pouca estrutura para atuação e o país vive em meio a muitos conflitos internos que têm prejudicado o abastecimento alimentar.

Da África para África. José Graziano da Silva – Valor Econômico. 11/12/2012

Reduzir a história de um povo a uma agenda imposta de fora para dentro, por melhores que sejam as intenções, é o caminho mais curto para o fracasso.

Esse tem sido o movimento pendular de muitas soluções redentoras endereçadas ao que se convencionou chamar de "o problema africano".

A África não quer mais ser tratada como um problema dos outros; nem ficar subordinada a soluções concebidas à sua revelia.

Essa foi a mensagem clara da presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini Zuma, em encontro que tivemos em novembro, em Adis Abeba, capital da Etiópia, e do qual também participou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Quem só enxerga a derrota do continente ignora que o seu relevo abriga uma das últimas fronteiras agrícolas do mundo - 60% dela ainda não utilizada. Não existe outra hipótese de futuro para a África que não venha associada à conquista da segurança alimentar

Esse encontro foi o ponto de partida de uma aliança para ampliar os esforços em prol da segurança alimentar na África, selada pela Comissão da União Africana, Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, sigla em inglês) e Instituto Lula.

Não estava em pauta lançar novos programas ou eleger uma bala de prata para o continente. A contribuição ali pactuada, no marco dos compromissos já firmados por governantes locais, como o Programa Compreensivo de Desenvolvimento Agrícola Africano (CAADP, na sigla em inglês), visa adensar as complementaridades entre iniciativas em curso para, dessa forma, obter um salto no conjunto. Sob aparência modesta pulsa uma profunda revisão de conceitos.

A África dispensa a ajuda ancorada na reinvenção da roda, que captura sua gente num eterno círculo vicioso de projetos autopredestinados a serem o marco zero da redenção local.

O salto significativo de que ela se ressente convoca as forças da cooperação a se engajarem no mais sensato, urgente e útil dos desafios: identificar brechas, erguer pontes entre ações bem sucedidas em curso; aumentar escalas; consolidar a sua coordenação.

Trata-se de um mutirão em aberto que, sob a liderança dos próprios líderes africanos, reúne outros parceiros internacionais, regionais e locais, incluindo atores multilaterais, públicos, privados e representativos da sociedade civil.

A FAO está convencida de que assim é possível vencer a fome. O papel da organização é apoiar esse impulso, não enxertar soluções prontas trazidas de fora.

Para a FAO, essa nova dimensão cooperativa vem ao encontro das energias tonificadas por mudanças recentes em sua dinâmica de funcionamento. A principal delas consiste em elevar as parcerias à condição de método e requisito de atuação de campo.

Também é importante superar divisões históricas entre iniciativas de desenvolvimento e ações de emergência. O respaldo técnico e as operações diretas precisam dialogar em tempo real no ambiente da ação e de forma permanente.

Erguer as linhas de passagem para a efetiva segurança alimentar das 53 nações que compõem o mosaico africano é plenamente factível dentro desses parâmetros.

Transformar agricultores de subsistência em pequenos produtores é um passo essencial. Outro, entender que a segurança alimentar depende de um conjunto de ações que excede a esfera agrícola e que dialoga também com outras políticas produtivas e sociais.

A fome em certas áreas do continente africano hoje decorre não propriamente da ausência de estrutura produtiva, mas de sua desativação pela recorrência de conflitos locais e regionais.

Ao pecado original das panaceias que ignoram as singularidades, a FAO responde com uma diretriz inegociável: a governança é o fator decisivo na construção da segurança alimentar.

Nada substitui o tripé formado por consenso político, programas inovadores e forte participação social. A articulação internacional é o corolário desse escopo - não o substitui. Foi essa baliza de discernimento ativo e parceria realista que comandou o encontro de Adis Abeba entre União Africana, FAO e Instituto Lula.

O amálgama principal do compromisso ali firmado é que a África não quer mais ser o sinônimo de fome no século XXI.

Hoje, a subnutrição penaliza um em cada quatro habitantes. Um contingente que cresceu de 175 milhões em meados dos anos 90, para cerca de 240 milhões de pessoas. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, de reduzir à metade a fome até 2015, registraram um percurso inverso aqui.

A mensagem que esses números carregam é categórica: não existe outra hipótese de futuro para a África que não venha associada à conquista da segurança alimentar. E não há tempo a perder. Para os famintos, o calendário da luta contra a fome só tem um dia: hoje, e não cabe perguntar que horas são.

Algumas nações do continente já assumiram essa perspectiva, resgatando uma prioridade abandonada nos anos 90, quando a ilusão na proficiência dos mercados globais levou muitos governos a descuidar da própria agricultura e do abastecimento.

Era um contrassenso econômico e demográfico. Embora a taxa de urbanização cresça velozmente no continente, 60% da força de trabalho africana ainda vive junto à terra;

mais de 40% da população tem menos de 15 anos, só 4% estão acima de 65 anos. As mulheres formam um contingente superior a 520 milhões de pessoas e constituem a maior parcela da força de trabalho agrícola; desempenham, ademais, um papel estratégico que vai do plantio à provisão alimentar dos mercados locais.

Governança para investir, terras férteis, juventude e protagonismo feminino jogam a favor da esperança na África.

Quem desacredita da África e só enxerga a sua derrota ignora que o seu relevo abriga uma das últimas fronteiras agrícolas do mundo - 60% dela ainda não utilizada.

Há, ademais, um imenso potencial de trabalho e criatividade estocados nesse mosaico que o credencia a realizar esse que deve ser um dos capítulos épicos mais emocionantes do século XXI: erradicar a fome no berço original da humanidade.

Governo prepara ato para liberar pulverização aérea. Tarso Veloso – Valor Econômico. 11/12/2012

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e o Ministério da Agricultura se preparam para publicar um ato conjunto até o fim do mês para permitir o uso de quatro substâncias banidas para a pulverização aérea até o fim da safra 2012/13.

Hoje pela manhã, o ministério deverá se reunir com lideranças dos produtores rurais afetados pela medida com o objetivo de explicar as prováveis mudanças. A intenção do governo, segundo apurou o **Valor**, é ajustar a janela de pulverização para que o tratamento de certas pragas possa ser adequado.

Em outubro, ministério e Ibama proibiram o uso dos princípios ativos Imidacloprido, Fipronil, Tiametoxan e Clotianidina nas lavouras. Segundo dados do Ibama, esses produtos corresponderam a 10% do consumo brasileiro de defensivos na última temporada.

A intenção do setor produtivo é ganhar tempo com essa prorrogação para tentar viabilizar novas substâncias que substituam as atuais. Nos últimos dias, integrantes do Ministério da Agricultura estão participando de reuniões com técnicos do Ibama para fechar o novo ato conjunto.

Mesmo com a resposta esperada pelo setor produtivo, representantes dos produtores de soja e algodão do país disseram ao **Valor** que o ato ajuda, mas não resolve os problemas.

O diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão, Márcio Portocarrero, disse que é preciso olhar para frente para evitar que o problema seja repetido no ano que vem. "Uma prorrogação sem diálogo para resolver o problema é inútil", explicou. Segundo ele, o princípio de precaução usado pelo Ibama para proibir os produtos não poderia ser levado adiante. "Alegar que quatro produtos estejam colocando em risco toda a população não é risco iminente e não pode-se alegar precaução neste caso. Seriam necessários mais estudos", disse.

Em outubro passado, uma ação entre o Ibama e o ministério passou a autorizar em caráter temporário o uso de produtos agrotóxicos que contenham as substâncias Imidacloprido, Tiametoxan e Clotianidina para as culturas de arroz, cana-de-açúcar, soja e trigo até o dia 30 de junho de 2013, obedecendo a períodos específicos de aplicação por região e por cultura.

Das quatro culturas autorizadas, apenas a soja deverá seguir um cronograma de aplicação. No Centro-Oeste brasileiro, a pulverização aérea foi autorizada entre 20 de novembro e 1º de janeiro de 2013. No Norte, de 1º janeiro a 20 de fevereiro. Na região Sul, de 1º de dezembro de 2012 a 15 de janeiro de 2013.

Programas do governo brasileiro podem contribuir com a África, diz ONG sul-africana – Site do MDS. 12/12/2012

Vice-presidente da Joint Aid Management, Rebecca Bratter considera que ações do MDS podem reforçar combate à fome em países daquele continente

O governo brasileiro tem excelentes experiências na área de abastecimento e aquisição de alimentos que deveriam ser replicadas em todos os países africanos. A avaliação é da vice-presidente do escritório dos EUA da organização não governamental (ONG) sul-africana Joint Aid Management (JAM), Rebecca Bratter. Ela esteve reunida nesta quarta-feira (12) com a secretária adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Lilian Rahal.

Lilian apresentou os principais programas que o MDS executa, destacando as ações de segurança alimentar e nutricional e o Bolsa Família. “Contribuímos com projetos em diversos países que estimulem a implementação de programas embriões, a partir de ideias concebidas no Brasil, para que possam se desenvolver sozinhos posteriormente.”

Entusiasmada com a política social do governo brasileiro, Rebecca falou sobre o trabalho da ONG em alguns países africanos. “Em Moçambique, a JAM tem programas muito bem implementados na área de alimentação escolar. Porém, os alimentos ainda são importados dos Estados Unidos. Em algum momento, essa população será capaz de produzir alimentos suficientes para o seu próprio abastecimento. Quando esse momento chegar, precisamos ter uma estrutura de abastecimento local tão completa como as desenvolvidas pelo MDS.”

De acordo com a vice-presidente da ONG sul-africana, o trabalho desenvolvido pelos países africanos seria mais bem-sucedido se seguisse as estratégias do MDS. Entre as ações brasileiras, ela citou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e a política de acesso à água.

MDS promove oficinas com estados e municípios para fortalecer sistema de segurança alimentar e nutricional – Site do MDS. 13/12/2012

Reuniões com agentes governamentais e representantes da sociedade civil, em Brasília, serviram para debater medidas para impulsionar a articulação do Sisan

Integrar as ações dos governos federal, estaduais e municipais visando garantir à população acesso à alimentação saudável. Com esse objetivo, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) promoveu oficinas para o fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan).

“A proposta é assegurar o diálogo entre os responsáveis pela garantia de segurança alimentar e nutricional para que conversem entre si e elaborem e executem ações de maneira mais integradas e efetivas”, diz a coordenadora-geral de Apoio à Implantação e Gestão do Sisan, Valéria Burity.

De acordo com Valéria, o sistema é baseado na intersetorialidade, para que o acesso à alimentação saudável não seja fragmentado, e na participação social - princípios da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

Planos – Até o momento, 23 estados e o Distrito Federal já aderiram ao Sisan. Essas unidades da Federação devem elaborar seus planos de segurança alimentar e nutricional. O Decreto nº 7272, de 2010, que institui a PNSAN, prevê a criação de fóruns de pactuação bipartites, entre os governos estadual e municipal, e tripartite, coordenada pelo governo federal.

Nesta semana, o MDS promoveu uma oficina, em Brasília, com representantes do Centro-Oeste. Antes, o ministério havia realizado encontros com agentes governamentais e representantes da sociedade civil integrantes de conselhos estaduais de segurança alimentar e nutricional do Norte e Sul. Até março de 2013, deverão ser feitas reuniões com as regiões Nordeste e Sudeste.

A ideia é que os gestores e integrantes dos conselhos estaduais de segurança alimentar e nutricional construam uma concepção comum do Sisan e avancem na intersetorialidade e na participação social como instrumentos para efetivação da política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

“O Estado brasileiro é aberto ao diálogo e às diferentes visões. Isso é essencial para avançarmos”, destaca a secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Maya Takagi.

Mapa apresenta proposta que altera regras da pulverização aérea nas lavouras – Site do MAPA. 17/12/2012

Medida será discutida na tarde desta segunda-feira durante reunião na Casa Civil

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) apresenta nesta segunda-feira, dia 17 de dezembro, proposta de regulação para as aplicações aéreas de produtos agrotóxicos que contêm Imidacloprido, Tiametoxam, Clotianidina e Fipronil para as culturas de algodão e de soja. Segundo a proposta, as aplicações serão flexibilizadas de acordo com o ciclo de cada região do País e permitida no período após a floração das culturas, quando não há mais visitação por abelhas.

A proposta foi construída conjuntamente com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e os produtores. A regulamentação deverá

ser publicada no Diário a Oficial da União (DOU), por meio de Instrução Normativa (IN), assinada pelo Mapa e pelo Ibama, nos próximos dias.

Na semana passada, durante audiência pública no Senado, o assunto foi amplamente discutido. Inclusive estiveram presentes representantes do Ministério, do Ibama, da Embrapa, da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil) e da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), entre outras entidades representativas.

Rotulagem de transgênicos ainda em pauta. Tarso Veloso – Valor Econômico. 17/12/2012

A briga entre indústrias alimentícias e organização de direitos do consumidor em torno da obrigatoriedade de uma rotulagem específica para produtos que contenham ingredientes transgênicos, iniciada em 2001, pode estar próxima do fim. Um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados e prestes a ser votado na próxima semana, define que o aviso só será obrigatório quando mais de 1% do produto final for composto por algum organismo geneticamente modificado (OGM) - uma exigência já estabelecida por meio do decreto 4680 desde 2003.

Porém, em outubro deste ano, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) ganhou uma ação no Tribunal Regional Federal (TRF) ao definir que produtos que contenham qualquer quantidade de OGM apresente um aviso na embalagem. A obrigatoriedade seria válida até mesmo para alimentos altamente processados, como papinhas de bebês, cuja presença de transgênicos não é fácil de diagnosticar.

No processo, a União e a Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (Abia) argumenta que a exigência já estabelecida pelo decreto de 2003 contempla a advertência necessária. Por esse ponto de vista, a ação do Idec perde força, ainda mais se for levado em consideração os custos das empresas com testes adicionais que no final das contas poderiam ser repassados aos preços para o consumidor.

Em contrapartida, desembargadores que avaliam o processo compreendem a solicitação do Idec, apoiado pelo Ministério Público Federal (MPF), sobre a exigência de rotulagem para qualquer percentual de transgênico nos produtos. Na ação, o instituto pede ainda a adoção de medidas fiscalizatórias pelo governo incluindo o recolhimento de produtos em caso de desobediência. Sobre o risco de alta nos custos alegado pelas empresas, o procurador regional da República Nicolao Dino Neto, ressalta que a Abia não conseguiu demonstrar qual seria "o ônus adicional para as indústrias cumprirem a medida", afirma ele.

O Idec defende sua posição apoiado no Código de Defesa do Consumidor, que prevê a necessidade do comprador ter conhecimento pleno do que consome. Segundo o instituto, o projeto de lei que tramita pela Câmara não "traduz a vontade da população em saber se o alimento é ou não é transgênico". O argumento é apoiado em uma pesquisa da própria entidade ao apontar que mais de 70% da população prefere ter informações claras sobre organismos modificados nas embalagens dos produtos. Questionado se ação ganha na Justiça será respeitada, o órgão respondeu que acredita que sim.

A Abia informou, por meio de nota, que é "extremamente favorável à adequada informação ao consumidor". Porém, a associação diz que "não concorda com a inclusão de símbolos nas embalagens que representem perigo ou despertem medo ou insegurança no consumidor. No processo, a associação que representa as indústrias informou que o alimento aprovado para consumo não traz riscos à saúde para quem os consome, pois foi aprovado pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), órgão que libera os transgênicos no país.

Área total com transgênicos tende a crescer 14% no Brasil. Bettina Barros – Valor Econômico. 18/12/2012

A área plantada com sementes geneticamente modificadas de soja, milho e algodão deverá somar 37,1 milhões de hectares no Brasil nesta safra 2012/13, um aumento de 4,6 milhões de hectares (14%) sobre o ciclo anterior, segundo levantamento atualizado pela consultoria Céleres. A soja mantém-se na liderança, com 24,4 milhões de hectares (65,7% da área total), seguida por milho (verão e inverno), com 12,2 milhões de hectares (32,9% do total) e algodão, com 0,55 milhão de hectares (1,5%).

O milho de inverno deve ter taxa de adoção de 87,8%, ou 6,9 milhões de hectares a serem plantados com híbridos transgênicos em 2012/13, crescimento de 1,2 milhão de hectares em relação a 2011/12. Para a safra verão, a expectativa é de que a taxa de adoção chegue aos 5,3 milhões de hectares, ou 64,8%, o que representa aumento de 305 mil hectares se comparado ao plantio 2011/12. Somando as duas safras, 76,1% (12,2 milhões de hectares) da área total plantada com milho utilizou a biotecnologia. Há cinco anos, a adoção total era de 1,2 milhão de hectares.

Na soja, a previsão da Céleres é que 88,8% da estimativa atual de plantio para a safra atual utilize eventos biotecnológicos. Em relação à temporada anterior, projeta-se um crescimento de 3 milhões de hectares. Já a cultura do algodão deverá ocupar 50,1% da área total prevista, chegando a 546,7 mil hectares.

Parceria entre MDS e MMA reforça busca ativa em áreas rurais – Site do MDS. 20/12/2012

Os dois ministérios, em parceria com outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil, vão implementar o Cadastro Ambiental Rural

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) assinou, nesta quinta-feira (20), acordo de cooperação técnica com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para a implementação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o fortalecimento da regularização ambiental dos imóveis dos pequenos agricultores familiares.

A parceria entre os dois ministérios também envolve o Brasil Sem Miséria, plano do governo federal para superação da extrema pobreza. O MDS poderá usar os dados do CAR para fazer a busca ativa de famílias extremamente pobres, além de inseri-las em ações de inclusão produtiva, promover acesso a serviços públicos e beneficiá-las com o Programa Bolsa Verde, por meio do qual elas são incentivadas a desenvolver atividades de conservação ambiental.

O cadastro visa identificar a situação ambiental das cerca de 5 milhões de propriedades rurais em todo o país, por meio de informações captadas por imagens de satélite ou obtidas pelos estados.

Além do MDS, os ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, do Desenvolvimento Agrário, o Banco do Brasil e entidades da sociedade civil também assinaram termos de cooperação com o MMA para apoiar a implementação do cadastro.

O MDS foi representando na solenidade pela secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Maya Takagi. Segundo ela, o desenvolvimento do país depende da articulação das áreas sociais, ambientais e econômicas. O cadastro, assinalou, será um facilitador no cumprimento das metas do Plano Brasil Sem Miséria. “Vamos poder olhar a situação real do acesso a serviços e das condições de vida das famílias que vivem em regiões remotas. Esse é o público que temos maior dificuldade de atingir.”

Novo modelo do Programa de Aquisição de Alimentos teve adesão de 18 estados – Site do MDS. 21/12/2012

Mudança de regras deu mais transparência, diminuiu burocracia e permitiu que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) pague diretamente aos produtores pelos alimentos fornecidos

Brasília, 21 – Mais transparência, menos burocracia, pagamento direto ao produtor e uma nova modalidade de compras. O ano de 2012 trouxe mudanças estratégicas para aprimorar e ampliar o número de beneficiários do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O novo modelo do PAA, que substituiu os convênios, já teve a adesão de 18 estados. Nos próximos meses, à medida que os atuais convênios se encerrarem, outros estados poderão assinar seus termos de adesão e passar a adotar as novas regras.

Agora, estados e municípios são parceiros no cadastramento dos agricultores, na assistência técnica, no acompanhamento das famílias e também no direcionamento das entidades que receberão os alimentos. Além disso, os pequenos produtores já começam a receber o pagamento de suas vendas diretamente do governo federal, por meio de cartão bancário.

A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Maya Takagi, destaca que agora o PAA está mais simples e beneficia todos os envolvidos. “Esse novo modelo dá uma maior capacidade de ampliação do programa, por não ter as limitações formais do convênio. Melhora a prestação de contas e a transparência em relação aos recursos que chegam aos agricultores. E também pode diminuir o tempo entre a entrega dos produtos e o recebimento do pagamento por eles.”

Compras institucionais – O PAA é uma das principais ações da estratégia de inclusão produtiva rural do Plano Brasil Sem Miséria. Em 2012, o programa ganhou uma nova modalidade, a de compras institucionais. Por meio dela, estados, municípios e órgãos do governo federal compram a produção dos agricultores familiares com dispensa de

licitação, respeitando os preços de referência e os limites máximos, para o fornecimento regular de alimentos para hospitais, presídios, quartéis, restaurantes universitários, entre outras instituições.

“Com as compras institucionais, os agricultores familiares serão beneficiados e a licitação pode ser dispensada, desde que a compra siga as regras do PAA, pagando o preço de mercado”, explica Maya Takagi. “É vantajoso então para os dois lados, porque aumenta o mercado para os produtores mais pobres e facilita o processo de compra para o governo.”

Ampliar o público atendido pelo programa é a prioridade para os próximos meses. “Os agricultores mais pobres, comunidades tradicionais e povos indígenas são os nossos públicos prioritários. Então, temos orientado a busca ativa para esse público”, destaca a secretária. Ela aponta que os recursos têm sido ampliados a cada ano, desde a criação do programa em 2003, quando foram aplicados cerca de R\$ 145 milhões. “Em 2012 empenhamos mais de R\$ 900 milhões. E, no próximo ano, podemos ultrapassar R\$ 1 bilhão em recursos, a depender da aprovação da Lei Orçamentária Anual.”

MDA normatiza modalidades nacional e internacional do Mais Alimentos e consolida programa – Site do MDA. 21/12/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário publicou, nesta quinta (20) e sexta-feira (21), no Diário Oficial da União, duas portarias que institucionalizam e normatizam o programa Mais Alimentos.

A portaria nº 97 institui as modalidades nacional e internacional do Mais Alimentos, coordenado pela Secretaria da Agricultura Familiar e, na modalidade internacional, em conjunto com a Assessoria Internacional de Promoção Comercial. A portaria define os beneficiários do Mais Alimentos - agricultores familiares e organizações que se enquadram na Lei 11.326 de 2006, a Lei da Agricultura Familiar - e registra os objetivos do programa.

"O conteúdo das portarias foi uma construção conjunta do MDA com entidades representativas das indústrias, que participaram de discussões, principalmente sobre as regras para qualificar a melhor indústria", diz o coordenador do Mais Alimentos, Marco Antônio Viana Leite. Metodologias, procedimentos e critérios de habilitação foram discutidos com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers).

Já a portaria nº 112 dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à habilitação e seleção de fornecedores brasileiros, de máquinas e implementos agrícolas, no programa Mais Alimentos Internacional. Nela estão descritas todas as etapas para que as empresas possam se habilitar. Ela define as regras para a seleção das indústrias que participarão do programa Internacional e habilita as empresas com interesse em vender para o programa.

O coordenador do Mais Alimentos explica que a portaria estabelece uma padronização

importante para o funcionamento do programa. Ela determina, por exemplo, que no preço do produto estará incluído o valor dos serviços de assistência técnica no país; há também um valor que implica custo de montagem da máquina e capacitação para uso da máquina.

A metodologia para a seleção da empresa avalia duas questões: os potenciais de exportação da empresa e de assistência técnica. "Não queremos apenas que essa máquina chegue ao destino, a gente quer um trabalho de pós venda", ressaltava Marco Antônio. "As indústrias têm, além do compromisso comercial, um compromisso de cumprimento das regras que estão sendo discutidas pelas entidades representativas das indústrias", ele observa.

Objetivo

"O Mais Alimentos tem o objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional, por meio de implementação, ampliação ou modernização da estrutura das atividades de produção, de armazenagem, de transporte ou de serviços agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos técnicos específicos" - Art 1º da portaria 97.

Vencer a fome oculta no mundo. Peiman Milani e Hercia Stampini Martino – Folha de São Paulo. 25/12/2012

Dois bilhões de pessoas têm alimentação inadequada em micronutrientes. Veja o Brasil: resolveu o déficit de estatura da população, mas vai à obesidade

Um dos maiores desafios da saúde pública atual é superar a "fome oculta", que se caracteriza pela deficiência de micronutrientes, vitaminas e minerais essenciais.

Sem alarde, a fome oculta prejudica o desenvolvimento de milhões de pessoas no planeta, leva à morte. Muito se investe na capacitação de recursos humanos, mas ainda pouco se faz para conter esse enorme dreno do capital humano global.

Dois bilhões de pessoas sofrem da desnutrição de micronutrientes, comprometendo seu desenvolvimento físico, cognitivo e imunológico e acarretando uma perda de 2% do PIB dos países em desenvolvimento.

Não admira que soluções para a fome oculta tenham sido consideradas a prioridade máxima do desenvolvimento global pelo Consenso de Copenhague 2012. Essas soluções trariam benefícios duradouros: crianças mais saudáveis, adultos mais produtivos e um círculo virtuoso de desenvolvimento.

No Brasil, 40% das crianças ainda sofrem de anemia e 20%, de hipovitaminose A. Somadas, essas carências afetam milhões de brasileiros, quase a metade da população de crianças e gestantes. Embora tenha propiciado um declínio marcante do déficit estatural, o processo de transição nutricional do Brasil no passado recente contribuiu, também, para a emergência epidêmica da obesidade, que está frequentemente associada à carência de micronutrientes.

O problema não é restrito às classes C, D e E. Mesmo uma dieta adequada em calorias, proteínas e carboidratos pode ter sérias deficiências de micronutrientes. Os países buscam superar este desafio aplicando as estratégias complementares de diversificação da dieta dentro dos princípios de uma alimentação saudável, fortificação de alimentos e consumo de suplementos alimentares.

Uma dieta saudável e balanceada representa uma aspiração a ser perseguida pela sociedade. A educação de mães e crianças é fundamental nesse esforço de longo prazo.

A fortificação de alimentos básicos é uma das estratégias de melhor custo-benefício, preconizada pela OMS e pela Unicef. Comparada à suplementação, a fortificação tem custo mais baixo e aceitação mais fácil, pois não requer mudanças nos hábitos alimentares. É uma estratégia que proporciona uma rede de proteção imediata contra a fome oculta.

A experiência brasileira com a fortificação inclui sucessos como o controle do bócio, mediante a iodação do sal, e dos defeitos do tubo neural, graças ao enriquecimento das farinhas com ácido fólico.

Entretanto, precisamos avançar. Temos de ampliar o impacto da fortificação em nosso país, com alimentos que fazem parte do nosso hábito alimentar diário, como o arroz, e aproveitando das experiências exitosas de outros países.

Apesar das conquistas sociais dos últimos anos, ainda não asseguramos o acesso de toda a população aos micronutrientes essenciais. Assim como país rico é país sem pobreza, país saudável é país sem desnutrição e obesidade. Possibilitar o desenvolvimento pleno do potencial de nossas crianças e cidadãos é um desafio de todos nós. Vamos vencer a fome oculta.

Empresas brasileiras podem se habilitar para o Mais Alimentos Internacional – Site do MDA. 26/12/2012

Empresas interessadas em participar do Mais Alimentos em sua modalidade internacional podem se habilitar no Programa. A partir do dia 07 de janeiro, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) passará a receber os requerimentos de credenciamento.

Para a habilitação, as empresas devem enviar para a Secretaria da Agricultura Familiar do MDA os documentos determinados na Portaria 112. São eles: formulário com requerimento de credenciamento; declaração de que empresa está de acordo com os critérios de metodologia de seleção de fornecedores; declaração de que prestará assistência técnica dos produtos; e compromisso de garantia técnica. O requerimento deverá ser enviado com os quatro anexos exigidos. As declarações e documentos solicitados resguardam as empresas, o ministério e os países participantes, garantindo que os agricultores receberão máquinas, equipamentos e implementos de qualidade, com serviço de assistência técnica e garantia pós-venda dos produtos.

Podem participar empresas nacionais que produzem máquinas, implementos e equipamentos para a agricultura familiar. Atualmente, cerca de 280 empresas estão no Programa, segundo o coordenador do Mais Alimentos, Marco Antônio Viana Leite.

"A portaria estabelece uma padronização importante para o funcionamento do Programa. Por exemplo, no preço do produto estará incluído o valor dos serviços de assistência técnica no país", explica Marco Antônio. O coordenador assinala que todo o conteúdo das portarias - como metodologias, procedimentos e critérios de habilitação - foi uma construção conjunta do MDA com entidades representativas das indústrias: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea); a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); e o Sindicato da Indústria de Máquinas e Implementos Agrícolas do Rio Grande do Sul (Simers).

Todas as informações sobre os documentos necessários estão detalhadas na Portaria 112, publicada no Diário Oficial da União. Para tirar dúvidas e obter outras informações, acesse também o endereço eletrônico maisalimentos@mda.gov.br.

MDA e Cuba acertam detalhes finais para exportação de máquinas agrícolas do Brasil – Site do MDA. 27/12/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) recebeu, nesta quinta-feira (27), a visita do embaixador de Cuba no Brasil, Carlos Zamora e do conselheiro econômico da embaixada do país caribenho, Raciél Proenza Rodriguez. Os dois representantes do governo cubano foram recebidos pelo secretário-executivo do MDA, Laudemir André Müller; pelo coordenador do Programa Mais Alimentos do ministério, Marco Antônio Viana Leite; e pelo chefe da assessoria para Assuntos Internacionais e de Promoção Comercial (Aipc/MDA), Francesco Pierri.

O propósito da reunião, que ocorreu na sede do MDA, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, foi discutir os detalhes finais da operação de venda do primeiro lote de máquinas do Programa Mais Alimentos Internacional do MDA para os cubanos. A exportação foi confirmada para o primeiro trimestre de 2013 e, após a sua concretização, Cuba terá sido o primeiro país a receber financiamento do Programa para a aquisição de máquinas e implementos agrícolas destinados à agricultura familiar.

“No encontro de hoje, nós acertamos os últimos itens dessa cooperação que é inédita e, ao mesmo tempo, complexa, avaliando todos os aspectos ligados a ela. O objetivo do MDA é concretizar o quanto antes essa operação que vai beneficiar a agricultura familiar cubana, por meio não só da exportação de máquinas e equipamentos, mas, também, da transferência de tecnologia para os agricultores daquele país”, explicou Laudemir Müller.

Nesta primeira etapa, o Brasil vai liberar US\$ 70 milhões, equivalentes a cerca de R\$ 141,5 milhões, para financiar a compra. Outra etapa do Programa já cumprida foi a entrega ao embaixador Carlos Zamora da lista precificada dos implementos solicitados por Cuba. Marco Antônio Viana Leite e Francesco Pierri acreditam que a entrega desse primeiro tranche (uma parte da operação) ocorra logo nos primeiros meses de 2013. “Estamos muito otimistas”, afirmaram.

O embaixador Carlos Zamora, por sua vez, comemorou o fato de não haverem grandes obstáculos para a concretização do negócio que contribuirá para o fortalecimento da agricultura familiar e, também, para a atualização do modelo econômico cubano. Atualmente, cerca de 350 mil famílias vivem no meio rural em Cuba, das quais, aproximadamente, 170 mil serão beneficiadas pelo acordo entre os dois países.

O Programa

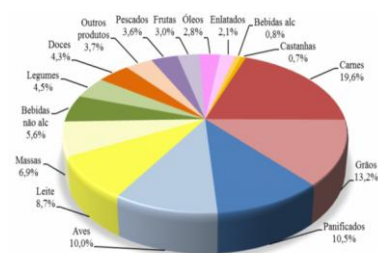
O Mais Alimentos Internacional foi criado em 2010, a princípio como Mais Alimentos África. Atualmente, quatro países têm acordo firmado com o Brasil: Zimbábue, Moçambique, Gana e Cuba. O objetivo do programa é estabelecer uma linha de cooperação técnica que destaca a produção de alimentos pela agricultura familiar como caminho para segurança alimentar e nutricional dos países participantes.

Aliada à cooperação técnica, a ação prevê o financiamento de tecnologia adaptada às realidades socioambientais da agricultura familiar local, como forma de ampliar a produção e a produtividade dos estabelecimentos rurais. A ideia é que estes países possam produzir mais e melhor. E com o aumento da produtividade e, conseqüentemente, da renda tornem-se clientes regulares da tecnologia agrícola brasileira.

Bolsa Família garante segurança alimentar e nutricional à população de baixa renda – Site do MDS. 28/12/2012

Monografia que ganhou prêmio sobre qualidade do gasto público destaca que programa de transferência de renda permite que famílias melhorem qualidade dos produtos que consomem, levando à mesa comida mais saudável

Clique na imagem para ampliar



Proporção da despesa com alimentação com cada tipo de alimento para famílias beneficiadas (elaborado por Juliana Baptistella a partir de microdados da POF/IBGE, 2008-2009)

O Bolsa Família resulta em índices positivos de segurança alimentar e nutricional dos beneficiários. A renda adicional permite o consumo maior de alimentos, tanto em quantidade, quanto em qualidade. A conclusão faz parte de monografia que avaliou os efeitos da utilização dos recursos financeiros na segurança alimentar e nutricional. A autora do trabalho “Avaliação de Programas Sociais: uma análise do impacto do Bolsa Família sobre o consumo de alimentos e status nutricional das famílias”, Juliana Baptistella, mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de São Carlos,

venceu a 5ª edição do Prêmio da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento (SOF/MP) sobre qualidade do gasto público.

A pesquisadora usou como base de dados a Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2008 a 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Para a amostra, foram analisadas 49.514 famílias, sendo que 8.544 são beneficiárias do programa, o que equivale a 17,3% do universo pesquisado.

Conforme Juliana, o valor médio das despesas anuais com alimentação para as famílias beneficiárias do Bolsa Família é R\$ 146,74 maior do que a média dos gastos das que não são beneficiárias. Segundo a pesquisa, a maior parcela do gasto entre quem recebe o programa de transferência de renda é destinada ao consumo de carne (19,6%), seguida por grãos (13,2%), panificados (10,5%), aves (10,0%), leite (8,8%), massas (6,9%) e bebidas não alcoólicas (5,6%).

Juliana destaca que, entre quem recebe Bolsa Família, o consumo de bebidas alcoólicas é baixo, representando apenas 0,8% do gasto total com alimentação. “Em relação à pequena parcela da despesa destinada ao consumo de bebidas alcoólicas, pode ser vista como um ponto positivo do Bolsa Família, uma vez que existe um questionamento na sociedade quanto à apropriação indevida do valor dos benefícios pelos pais, mas como é verificado, essa é uma das menores proporções do gasto com alimentação das famílias beneficiárias do programa, além de ser inferior à das famílias não beneficiadas.”

Ela avaliou também o status nutricional das famílias, utilizando a análise da distribuição das pessoas por categorias do Índice de Massa Corporal (IMC), e concluiu que o programa melhora a qualidade da alimentação também. Entre as beneficiárias, 63,15% apresentaram IMC normal; 30,34% eram obesas; e 6,51% eram magras. Já entre as famílias não atendidas, a percentagem de pessoas com peso normal foi de 60,28%, enquanto 5,64% foram classificadas como magras e 34,08% como obesas.

Para a coordenadora geral de Monitoramento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Priscila Bocchi, a pesquisa, além de demonstrar a eficiência do gasto público com o Bolsa Família, confirma sua importância para a garantia de acesso à alimentação, especialmente em relação aos produtos da cesta básica, tais como arroz e feijão, alimentos nutricionalmente adequados.

Simultaneamente, explica Priscila, o MDS tem outros conjuntos de políticas de segurança alimentar e nutricional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), com foco na produção e comercialização de alimentos; o Programa de Acesso à Água, com a construção de cisternas no semiárido, permitindo também a produção de alimentos; os equipamentos públicos, como os Bancos de Alimentos e Restaurantes Populares; e o Plano Brasil Sem Miséria, que busca fortalecer todas essas ações, com foco nas famílias extremamente pobres.
